

23 JAN 1996

NOSSA OPINIÃO

Governo portátil

Antes de tomar posse, naqueles idos de 50 em que se desconhecia no Brasil o telex e, no mundo, as comunicações via satélite, Juscelino Kubitschek advertiu que ia morar no Brasil.

Viu-se logo que a afirmação era bem mais que uma frase de efeito, endereçada a áreas do país que, presidente após presidente, só conheciam o chefe do Estado de fotos em jornal, se tanto. Juscelino anunciava uma concepção nova da Presidência: ela seria a promotora da integração dos diversos Brasis herdados da formação colonial; agiria através de um programa de metas, cujo cumprimento dependia de presença constante da liderança política maior.

A oposição não poupou o uso que Kubitschek fazia do avião, ainda na era dos motores de pistão, nem perdoou suas ausências do Rio de Janeiro. Mas ninguém endossaria hoje as diatribes da época sem ir contra o julgamento da História. Mesmo deixado bem aquém das metas e das ambições de Kubitschek, o Brasil foi outro depois dele.

Cerca de 40 anos depois, o Brasil se vê diante de um novo desafio: integrar-se num sistema produtivo que se globalizou e consolidar sua integração interna com os instrumentos da abertura externa.

Eis por que a agenda do presidente da República é tão internacional. Não há outra forma de responder às exigências e desafios que se apresentam para o Governo de um país como o Brasil. Não há soberania no isolamento. E quem demorou a reconhecê-lo está agora pagando o preço do atraso.

Como se vivêssemos ainda num mundo em que conta o espaço, e não o tempo, críticos fazem o levantamento das milhas já voadas pelo presidente Fernando Henrique. E como se as comunicações fossem ainda as do tempo de Kubitschek, fala-se das viagens em termos de ausência do país.

Em que pese a importância que alguns políticos atribuem às audiências, todo mundo sabe que não é através delas que se tomam as grandes decisões. Que há reuniões e conferências sem mesas; simplesmente através de uma rede de telecomunicações e abastecidas, instantaneamente, por todo tipo de informações.

Pode-se governar o Brasil, hoje, tanto de Brasília como de Nova York ou Nova Delhi. E é tão descabido falar de ausência e, mais ainda, de acefalia do poder, quanto seria um vice-presidente, no exercício interino da Presidência, querer fazer um discurso de posse.

É verdade que existe no Brasil um culto aos elementos acessórios do poder, e ele é responsável pela importância excessiva que alguns atribuem à interinidade. Tanto há quem a exerça com discreta eficiência, como existe quem leve o exercício do poder efêmero às margens do ridículo. No momento, o país tem um chefe do Governo que cumpre como deve os deveres da diplomacia presidencial — e melhor para ele se o trabalho lhe dá prazer pessoal — e um substituto que conhece os limites precisos de sua tarefa.

É discutível se ausências de alguns dias exigem a posse do vice. Outros países dispensam a substituição provisória, considerada tão obsoleta quanto as viagens a vela.

Caso tivesse validade o argumento de que o presidente não pode ficar fora de contato com a capital, seria mais necessária a substituição de Fernando Henrique quando fosse ao interior da Amazônia do que quando estivesse na Europa ou na Ásia.

Seria absurdo que, num momento em que a interdependência é a palavra-chave das relações internacionais, o Brasil mantivesse trancafo em casa um presidente especialmente apto para o desempenho da diplomacia pessoal, graças, entre outras razões, a um prestígio adquirido muito antes de sua ascensão ao cargo.

É DISCUTÍVEL SE AUSÊNCIAS DE ALGUNS DIAS EXIGEM A POSSE DO VICE
